

Melhores Práticas em Planejamento Urbano e Regional

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Melhores Práticas em Planejamento Urbano e Regional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M521	Melhores práticas em planejamento urbano e regional [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-558-7 DOI 10.22533/at.ed.587192308 1. Planejamento regional. 2. Planejamento urbano – Brasil. I.Martins, Bianca Camargo. CDD 711.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A exclusão socioespacial brasileira é um fato alarmante. O difícil acesso de grande parte da população à plena vida urbana é resultado de uma sucessão de políticas públicas inadequadas e incipientes que, muitas vezes, se distanciam das necessidades e anseios da população. Partindo do pressuposto de que o direito à cidade é um direito básico e significa a garantia a terra urbanizada, o acesso aos serviços e equipamentos públicos, a habitação de qualidade e a inclusão social da população, o presente livro visa apresentar pesquisas que se destacam ao abordar de diferentes formas a crise urbana em que vivemos e apontar boas práticas de planejamento.

Nos vinte e seis capítulos que integram a obra “Melhores práticas em Planejamento Urbano e Regional”, o leitor é convidado a percorrer as mais diversas áreas do território brasileiro a partir do ponto de vista dos autores convidados e conhecer novas perspectivas, mostrando a amplitude da discussão sobre o direito à cidade no contexto nacional.

Acredito que os textos aqui contidos representam grandes avanços para o meio acadêmico. Em um momento crítico para a pesquisa e para as políticas urbanas, a Editora Atena se mostra consoante com a intenção de fomentar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção da promoção de políticas urbanas cada vez mais justas e inclusivas.

Aproveite a leitura!
Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROCESOS RECIENTES DE ORDENACIÓN Y PLANIFICACIÓN TERRITORIAL EN ARGENTINA Y EL NORDESTE (2003-2015)	
Miguel Ángel Barreto Roxana Evelyn Abildgaard	
DOI 10.22533/at.ed.5871923081	
CAPÍTULO 2	15
O ÍCONE ARQUITETÔNICO CULTURAL NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE BARCELONA	
Geise Brizotti Pasquotto	
DOI 10.22533/at.ed.5871923082	
CAPÍTULO 3	36
DO TERRITÓRIO À CIDADE, DA POLÍTICA À CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS DE GERÔNIMO BUENO E EDGAR GRAEFF AO URBANISMO	
Wilton de Araujo Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.5871923083	
CAPÍTULO 4	50
O MODELO DE DESENVOLVIMENTO FIFA-COI E A IMINÊNCIA DO ESPAÇO ERÓTICO	
Amanda de Lisio João Gabriel Rabello Sodré	
DOI 10.22533/at.ed.5871923084	
CAPÍTULO 5	65
APLICAÇÃO DA TEORIA DE GRAFOS E ANÁLISE ESPACIAL PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS GEOGRÁFICOS: UM ESTUDO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO HIPERCENTRO DE BELO	
Antônio Hot Pereira de Faria Diego Filipe Cordeiro Alves Leônidas Conceição Barroso	
DOI 10.22533/at.ed.5871923085	
CAPÍTULO 6	80
A DINÂMICA ATUAL DO SETOR PRODUTIVO E SUAS CONTEMPORÂNEAS INTERAÇÕES: EXEMPLOS DA REDE URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ	
Carlos Casemiro Casaril	
DOI 10.22533/at.ed.5871923086	
CAPÍTULO 7	98
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO ESTADO DE GOIÁS	
Vanessa Marzano Araujo Marisa dos Reis Azevedo Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.5871923087	
CAPÍTULO 8	110
DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONDUZIDO PELA INDÚSTRIA? OBSERVAÇÕES SOBRE O SETOR AUTOMOBILÍSTICO NO MÉDIO PARAÍBA-RJ	
Bianca Louzada Xavier Vasconcellos	
DOI 10.22533/at.ed.5871923088	

CAPÍTULO 9	124
EXPANSÃO URBANA E ARENA POLÍTICA EM CIDADE HISTÓRICA: A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PIRENÓPOLIS-GO	
Neio Campos Benny Schvasberg Ricardo Farret	
DOI 10.22533/at.ed.5871923089	
CAPÍTULO 10	139
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM SÃO PAULO DE 2009 A 2017	
Isabela Baracat de Almeida Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.58719230810	
CAPÍTULO 11	153
IDEOLOGIA E PRODUÇÃO HABITACIONAL NO ESTADO CAPITALISTA: MORADIAS POPULARES (VERTICAIS) PRODUZIDAS NO SETOR OESTE DA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG	
Leandro Oliveira Silva Maria Eliza Alves Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.58719230811	
CAPÍTULO 12	169
O POTENCIAL DO SELO CASA AZUL NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SUSTENTÁVEL	
Henriette da Silva Perbeils Mauro Cesar de Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.58719230812	
CAPÍTULO 13	193
AVALIAÇÃO PÓS OCUPAÇÃO (APO): A QUALIDADE NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS)	
Celina Maria Rodrigues Pinto Anacléa de Araújo Bernardo Arthur Rodrigues Feijão	
DOI 10.22533/at.ed.58719230813	
CAPÍTULO 14	203
QUALIDADE DE VIDA EM EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS	
Luciana Inês Gomes Miron Deyvid Aléx de Bitencourt Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230814	
CAPÍTULO 15	220
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA VILA RESIDENCIAL-UFRJ: OBSERVAÇÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA	
Maria Julieta Nunes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.58719230815	

CAPÍTULO 16	232
ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL, ZEIS DE VAZIOS, NA REGIÃO DO GRANDE ABC	
Sandra Teixeira Malvese	
DOI 10.22533/at.ed.58719230816	
CAPÍTULO 17	246
INCLUSÃO TERRITORIAL: EFETIVIDADE DO DIREITO VIA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA	
Elisa Quint de Souza de Oliveira	
Pedro Martins	
DOI 10.22533/at.ed.58719230817	
CAPÍTULO 18	259
AS DINÂMICAS DA RENOVAÇÃO DO ESPAÇO URBANO – REESTRUTURAÇÃO URBANA DO SUL DE SÃO PAULO	
Henrique Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.58719230818	
CAPÍTULO 19	271
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS COMO ALTERNATIVA PARA ECONOMIA URBANA	
Henrique Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.58719230819	
CAPÍTULO 20	289
ANÁLISE DE VIABILIDADE MERCADOLÓGICA POR MEIO DO ESTUDO DE MACROZONAS DE OFERTA	
Camila Carneiro Canedo Custódio	
Marcos Túlio Campos Cândido	
Maria Carolina Brandstetter	
Pedro Henrique de Moraes Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.58719230820	
CAPÍTULO 21	306
ANÁLISE DO IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA NO MERCADO IMOBILIÁRIO DE FORTALEZA UTILIZANDO OS ÍNDICES DE SHARPE E SORTINO	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230821	
CAPÍTULO 22	315
ANÁLISE COMPARATIVA DE RISCO E RETORNO ENTRE TÍTULOS PÚBLICOS E MERCADO IMOBILIÁRIO DE FORTALEZA	
Pedro Oliveira Otoch	
Marcelo Augusto Farias de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230822	
CAPÍTULO 23	326
PROCESSO DE GESTÃO DE PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASO EM PORTO ALEGRE, BRASIL	
Luciana Inês Gomes Miron	
Nathalia Danezi	
Cristiane Cassol Schvarstzhaupt	
DOI 10.22533/at.ed.58719230823	

CAPÍTULO 24	339
INFRAESTRUTURA VERDE: CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Daniella do Amaral Mello Bonatto	
DOI 10.22533/at.ed.58719230824	
CAPÍTULO 25	352
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO PROJETO CONSERVADOR DAS ÁGUAS – EXTREMA-MG	
Carlos Mello Garcias	
Liz Ehlke Cidreira	
Alessandro Bertolino	
Stephanie Louise Inácio Castro	
DOI 10.22533/at.ed.58719230825	
CAPÍTULO 26	366
O MEIO AMBIENTE COMO DEFINIDOR DE FRONTEIRAS E CENTRALIDADES NO ESTUÁRIO DO RIO MACAÉ	
João Lemos Cordeiro Sayd	
DOI 10.22533/at.ed.58719230826	
SOBRE A ORGANIZADORA	379
ÍNDICE REMISSIVO	380

IDEOLOGIA E PRODUÇÃO HABITACIONAL NO ESTADO CAPITALISTA: MORADIAS POPULARES (VERTICAIS) PRODUZIDAS NO SETOR OESTE DA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG

Leandro Oliveira Silva

Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria
Municipal de Educação
Uberlândia-MG

Maria Eliza Alves Guerra

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo e Design
Uberlândia-MG

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar as consequências das políticas públicas de financiamento imobiliário do Governo Federal na organização do espaço no Setor Oeste da cidade de Uberlândia entre os anos de 2009 e 2013. A questão da habitação social na cidade moderna está diretamente relacionada à *lógica do capital*, com o Estado servindo aos interesses da classe dominante na definição de políticas públicas de habitação. Vê-se, portanto, à produção de habitações em série e sem nenhuma preocupação com a qualidade da *mercadoria* que será entregue à população. No Brasil, guardadas as exceções, a política de Estado para a habitação social sempre foi pautada nesta lógica econômica em detrimento do social, como procurou demonstrar esta pesquisa. Para a realização deste trabalho foram utilizadas bibliografias diversas, pesquisa de campo, registro fotográfico e análises de imagens de satélite. O trabalho encontra-se

divido em três tópicos: a cidade moderna: a lógica do capital na estruturação do espaço urbano; habitação urbana e políticas públicas de financiamento imobiliário no Brasil; e, o Setor Oeste de Uberlândia-MG: condomínios (verticais) populares sob a égide do capital.

PALAVRAS-CHAVE: *lógica do capital*, habitação social, MCMV em Uberlândia.

IDEOLOGY AND HOUSING PRODUCTION IN THE CAPITALIST STATE: POPULAR (VERTICAL) DWELLINGS PRODUCED IN THE WEST SECTOR OF THE CITY OF UBERLÂNDIA-MG

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze the consequences of public policies for real estate financing by the Federal Government in the organization of space in the West Sector of the city of Uberlândia between 2009 and 2013. The issue of social housing in the modern city is directly related to the logic of capital, with the state serving the interests of the ruling class in the definition of public housing policies. It is therefore seen to the production of housing in series and without any concern with the quality of the merchandise that will be delivered to the population. In Brazil, excepted, the state policy for social housing has always been based on this

economic logic to the detriment of the social, as this research sought to demonstrate. For the accomplishment of this work we used diverse bibliographies, field research, photographic record and analysis of satellite images. The work is divided into three topics: the modern city: the logic of capital in the structuring of urban space; urban housing and public real estate financing policies in Brazil; and, the Western Sector of Uberlândia-MG: condominiums (vertical) popular under the aegis of capital.

KEYWORDS: capital logic, social housing, MCMV in Uberlândia.

1 | INTRODUÇÃO

A produção de habitações no Estado capitalista, assim como, a produção do espaço urbano como um todo, estão alicerçadas na lógica do capital. Nesta lógica opera a “vontade” da classe dominante – que detém os meios de produção e, assim, intervém nas diversas esferas da sociedade, inclusive, por meio do Estado. Segundo Santos ([s.d.], p. 18) “a articulação dominante é constituída pelas relações sociais de produção e a sua lógica, que penetra desigualmente todo o tecido social, é a lógica do capital”.

Desta *articulação dominante* resulta a estruturação do espaço e, mais especificamente, do espaço urbano, ainda que esta articulação possa variar de acordo com as distintas formações sociais (Santos, [s.d.]). Conforme Carlos (2007, p. 21) a cidade contemporânea pode ser compreendida três planos articulados entre si, sendo eles: o econômico, o político e o social.

Assim, evidencia-se a diversidade de interesses e demandas que permeiam a organização do espaço urbano. Neste contexto surgem distintas concepções deste espaço, bem como, uma série de conflitos, sobretudo, ao considerar a disparidade de forças entre as classes sociais, uma vez que a classe dominante dispõe de maior poder de articulação nos três planos apresentados.

Assiste-se assim, ao que Villaça (2001, p. 328) denominou de “*dominação do espaço urbano*”, praticada pela elite dirigente (classe dominante), por meio da “apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano” (Villaça, 2001, p. 328). Fato que possibilita afirmar que “A cidade capitalista é a expressão territorial da socialização contraditória das forças produtivas no modo de produção capitalista” (Santos, [s. d.], p. 31).

Com a criação das áreas residenciais destinadas à elite, a classe trabalhadora é *induzida* (também pela normatização do espaço pelo Estado) a *habitar* determinadas áreas da cidade, geralmente aquelas que não interessam à classe dominante (Corrêa, 2005). Diante disto, destaca-se que o “planejamento é competência do Estado e este é a expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário”. (Maricato, 2001, p. 48).

Como consequência desta *segregação residencial* “reforçada” pelo Estado, seja como *agente regulador* do espaço urbano, ou na produção e financiamento de moradias

destinadas à classe trabalhadora, assiste-se a uma degradação das condições de habitação desta classe, bem como, à simplificação das tipologias edilícias a ela destinada.

É neste contexto que se insere a cidade de Uberlândia-MG, marcada também por uma lógica *segregacionista* na organização de seu espaço urbano (Soares, 1995). Desde o início da formação da cidade o seu desenvolvimento esteve pautado no objetivo da elite local de estabelecer um espaço urbano “ordenado”, “moderno” seguindo as concepções urbanísticas do início do século XX: de “limpeza” e “higienização” (Soares, 1995). Disto resultou a *segregação residencial* na cidade, que tem presente também ao longo de seu desenvolvimento a atuação da empresa imobiliária.

Daí que algumas áreas – aquelas para as quais foram destinados os investimentos – se constituíram enquanto *locus* da reprodução da classe dominante (setores central e sul da cidade), ao passo que as demais foram ocupadas basicamente pela classe trabalhadora. Caso do Setor Oeste da cidade que se destaca, também, e, sobretudo, desde a implantação do programa de financiamento imobiliário “Minha Casa, Minha Vida” - MCMV pela elevada produção de condomínios (verticais) destinados à classe trabalhadora.

Diante deste quadro sentiu-se a necessidade de abordar esta questão a fim de compreender as alterações geradas no espaço mencionado por meio da produção deste tipo de moradia dada a proporção alcançada por esta produção em um curto espaço de tempo. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo analisar as consequências das políticas públicas de financiamento imobiliário do Governo Federal na organização do espaço no Setor Oeste da cidade de Uberlândia entre os anos de 2009 e 2013.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizado pesquisas bibliográficas, em *sites* da internet, pesquisa de campo, registro fotográfico e análises de imagens de satélite por meio do *software* Quantum GIS e do Google Earth. O trabalho encontra-se dividido em três tópicos: a cidade moderna: a lógica do capital na estruturação do espaço urbano; habitação urbana e políticas públicas de financiamento imobiliário no Brasil; e, o Setor Oeste de Uberlândia-MG: condomínios (verticais) populares sob a égide do capital.

2 | A CIDADE MODERNA: A LÓGICA DO CAPITAL NA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A cidade *moderna* surge com a Revolução Industrial ocorrida na Europa no século XIX e é marcada por rupturas demasiado expressivas e drásticas com os modelos de cidade até então conhecidos. “A cidade moderna representa o momento culminante desse longo processo e também o lugar onde acumulam-se homens despojados de parte de sua humanidade [...]”(Bresciani, 1984, p. 39).

A cidade passa a concentrar em seus limites a população que habitava no campo – atraídas pela industrialização que demandava mão de obra (Bresciani, 1984). Sobre este aspecto Lefebvre (1991, p. 11) ressalta que a urbanização promovida pela industrialização resulta “no despovoamento e na ‘descamporização’ das aldeias que permanecem rurais perdendo aquilo que constituía a antiga vida camponesa: artesanato, pequeno comércio local”. Além disso, as cidades existentes “a velha cidade” como afirma Lefebvre (1991) agrupavam já os elementos necessários para o desenvolvimento da industrialização: “mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados (bancos), residências dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão de obra [...]” (Lefebvre, 1991, p. 8).

Observa-se que apesar de concentrar as diferentes classes sociais a cidade *moderna* é marcada também pela *segregação social*. Bresciani (1984, p. 50) afirma que “as modificações introduzidas pela força mecânica do edifício social aumentaram em muito a riqueza, mas também destruíram as antigas relações criando uma distância abissal entre ricos e pobres”.

Resultante da industrialização – substituição da *obra* pelo *produto* (mercadoria) – assiste-se também na produção do espaço urbano à perda da criatividade. Vê-se instaurado o valor de troca nas relações que estabelecem a produção do espaço urbano (a lógica do capital), no entanto, tanto a cidade como “a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana” (Lefebvre, 1991, p. 6).

Da concepção do espaço como mercadoria resultam os conflitos na cidade por acesso à moradia, fazendo com que a questão da *habitação* se torne, sobretudo, uma questão econômica (financeira) e também política – que culmina novamente no conflito de classes. Este conflito está assentado na questão da propriedade privada da terra que confere ao detentor da parcela de espaço da qual é intitulado proprietário, o direito de dar à sua parcela de solo o fim que lhe convier – mediante o aparato jurídico sobre o qual o referido espaço estiver assentado, ou, às vantagens que sua “posição” na pirâmide social lhe garantir.

Na medida em que o espaço se torna uma mercadoria a sua estruturação também estará sujeita à *lógica do capital*, sendo orientada pelas leis de mercado. Neste sentido Carlos (2007) reconhece simultaneamente duas tendências no processo de “constituição da sociedade urbana”, são eles: homogeneização e fragmentação. Diante desta questão a autora afirma também que “se o processo de homogeneização vincula-se à construção do espaço enquanto mercadoria (equivalente geral), a fragmentação se liga à existência da propriedade privada no espaço” (Carlos, 2007, p. 27).

Argan (2001, p. 89), por sua vez, ressalta que “a cidade que deveria ser um instrumento de trabalho, tende a se tornar um capital” contrariando os princípios da *economia do espaço* que fundamentam a teoria e a prática urbanística.

No entanto, cabe ressaltar que a disparidade de forças entre as classes nesta

luta se materializa na cidade também por meio da atuação do Estado – representando as classes dominantes. Este processo podia ser observado já em meados do Século XIX (diante de uma crise habitacional enfrentada pela França), quando o Estado “toma a seu cargo a construção de habitações” (Lefebvre, 1991, p. 18), todavia, “a construção a cargo do Estado não transforma as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado” (Lefebvre, 1991, p. 19).

Bresciani (1984) ao analisar as metrópoles inglesa e francesa neste período, observa a degradação das condições de habitação da classe trabalhadora quando menciona, por exemplo, “[...] as escuras e monótonas repetições de fachadas idênticas de casas iguais, cujo destino era o de serem alugadas para a anônima população de trabalhadores urbanos” (Bresciani, 1984, p. 42), fachadas que segundo a autora produziam sentimento semelhante ao dos “maciços muros de prisões” (Bresciani, 1984, p. 42).

Percebe-se que a atuação do Estado na produção habitacional passa ao largo das premissas norteadoras do urbanismo, estando no primeiro plano a manutenção do *status quo* da classe dominante. Argan (2001) apresenta também as diferenças *ideológicas* da produção *racionalista* de Le Corbusier e Gropius – assumindo uma postura política bem delineada com o objetivo de transformar a realidade social –, da “baixeza artística e moral dos arquitetos oficiais” (Argan, 2001, p. 75).

A produção do espaço urbano brasileiro não difere muito do europeu no que tange aos agentes (tomados aqui numa abstração quanto à sua *práxis*) envolvidos no processo, bem como, seu posicionamento frente ao desafio proposto – de produzir o espaço das cidades –, guardadas as peculiaridades e a proporção de ambos os casos. Destaca-se, sobretudo, a atuação de Lucio Costa, que, assim como os arquitetos “racionalistas” europeus tinha uma postura e uma *práxis* política bem definida, sendo considerado como “crítico do sistema capitalista” (Segre, 2004, p. 107), e defensor “da criatividade individual em função das necessidades sociais” (Segre, 2004, p. 110).

Todavia, inserido no território brasileiro na Era Vargas (década de 1930) o *modernismo* presente na obra de Le Corbusier serviu aos interesses dos *ideólogos* do Estado Novo (Cavalcanti, 1999). Naquele período o Estado buscava a formação de uma “identidade nacional” para a integração do território brasileiro, e desta forma “inseriam-se os arquitetos modernos num movimento intelectual mais amplo que assumia uma postura intervencionista ou domesticadora em relação às camadas populares” (Cavalcanti, 1999, p. 181).

Segre (2004, p. 110) destaca que Lucio Costa também “procurava a personalidade nacional” em sua obra. Entretanto, assimilada pelo Estado, a concepção moderna do espaço, do ponto de vista social concebeu resultados “perversos”. Por meio da “defesa da indústria sobre o artesanato” (Cavalcanti, 1999, p. 180) assistiu-se à “eliminação do ornato e conseqüente simplificação das construções para produção em série, de modo a fornecer habitações, principalmente para as camadas operárias” (Cavalcanti, 1999, p. 180).

Fica claro desta forma o quanto o papel desempenhado pelo Estado na organização da cidade *moderna* é importante neste processo, e sua compreensão, permite identificar o componente *ideológico* que perpassa as intervenções do plano *político* no espaço, como destaca Martins (2000, p. 51), dentre outros. Isto não significa dizer que a *lógica do capital* deixe de compor a “trama” da estruturação do espaço, pelo contrário, as classes dominantes e o *mercado imobiliário* passam a atuar na produção do espaço também por meio do plano *político*.

Uma vez atrelada ao valor de troca e, logo, submetida aos interesses da classe dominante, a terra urbana – e a *habitação* – tem seu acesso dificultado e fica sujeita, mais uma vez, às *vontades* e interesses da elite dirigente – do Estado. Diante disso, e também da *ideologia da casa própria*, os agentes produtores do espaço criam diversos mecanismos para a *aquisição* da mercadoria *habitação*, seja por meio do Estado, ou do mercado imobiliário, seja pela ação conjunta de ambos.

Seguindo esta lógica têm sido criadas ao longo do desenvolvimento do capitalismo e da cidade moderna diversas formas de acesso à moradia para a classe trabalhadora de média e baixa renda. No caso do Brasil o Governo Federal tem atuado na criação de diversas políticas públicas no campo da *habitação*, dentre elas, chama a atenção aquelas destinadas para o financiamento imobiliário.

Esta forma de acesso à moradia ganha destaque não só pela sua importância no século XX por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), assim como, da Caixa Econômica Federal – CEF, mas, sobretudo, pela dimensão alcançada em curto espaço de tempo pelo programa de financiamento imobiliário (MCMV) da CEF, criado em 2009.

3 | HABITAÇÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO NO BRASIL

Ao analisar a estruturação política e econômica do Estado brasileiro é possível afirmar que “o problema da habitação começa por ser um problema individual cuja resolução compete ao trabalhador fora da relação social e do processo de produção” (Santos, [s. d.], p. 59). Todavia, no período compreendido entre o fim do século XIX e início do século XX as cidades ainda não ocupavam uma posição importante no território brasileiro. “Em 1920, o país tinha apenas uma cidade com mais de um milhão de habitantes, o Rio de Janeiro, e uma com mais de 500 mil, São Paulo, que só em 1940 figuraria com mais de um milhão” (Cano, 2011, p. 29).

Cano (2011, p. 30) a respeito da urbanização nos estados brasileiros mais industrializados, no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970, a define como uma “*urbanização suportável*, dada a existência de mecanismos de assentamento e acomodação das camadas de baixa renda, [...] ainda próxima aos centros urbanos, acesso a lotes baratos ou ocupação de áreas até então não disputadas com o capital

mercantil”.

No entanto, o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico vivenciados nesse período impulsionaram o crescimento das cidades brasileiras, e como consequência da “velocidade e o adensamento urbano – notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro –, amplificaram as tensões sociais, desencadeando, no plano político” (Cano, 2011, p. 30).

Durante a ditadura foram realizadas algumas das “Reformas de Base” reivindicadas pela classe operária, dentre as quais Cano (2011) destaca a tributária e a financeira, com viés estritamente capitalista. Importante ressaltar que “as novas bases de financiamento de médio e longo prazos deram maior apoio ao investimento e à produção privada” (Cano, 2011, p. 31).

A criação do BNH e do Sistema de Financiamento da Habitação contribuiu para ratificar a conotação *individual* que a *lógica do capital* confere ao problema da habitação. Ao institucionalizar o financiamento imobiliário o Estado assume as prerrogativas do mercado imobiliário e interfere diretamente na organização do espaço urbano. Desta forma, pode-se afirmar que o pensamento urbanístico “no mundo moderno tem a ver com os interesses políticos das classes dominantes em dispor sobre tal necessidade, é já do processo de institucionalização do espaço que se trata” (Martins, 2000, p. 54).

Maricato (2001, p. 20) recorda que “foi com a implementação do SFH, em 1964, que o mercado de promoção imobiliária privada, baseado no edifício de apartamentos, se consolidou por meio de uma explosão imobiliária”. Para a autora as políticas de financiamento imobiliário “além da imagem das cidades, mudaram também o mercado fundiário e vários aspectos da cadeia produtiva” (Maricato, 2001, p. 20).

Após a Constituição Federal de 1988, que respondendo à pressão social pela melhoria das condições de habitação, garantia do direito de acesso à moradia, dentre outros, estabeleceu as diretrizes da política urbana brasileira – observando que a terra urbana deve cumprir a sua função social – nota-se, que a terra urbana continua a ser tratada como mercadoria, prevalecendo sua *função econômica* (valor de troca), sobre a função social (valor de uso).

A aprovação do Estatuto da Cidade, por meio da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Carta Magna, nos quais está contida a política urbana e estabelece diretrizes gerais desta, gerou novas expectativas quanto à resolução ou mitigação dos problemas urbanos, aliado à criação, em 2003, do Ministério das Cidades que viria a ser responsável pela gestão da política habitacional, cabendo operacionalização à Caixa Econômica Federal – CEF (Casa Civil, 2001).

Outra medida adotada pelo Governo Federal no âmbito dos programas habitacionais é o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), sancionado em fevereiro de 2001 por meio da Lei Federal nº 10.188, que conforme seu artigo 1º se destina ao “atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra” (Casa Civil, 2001). Todavia, destaca-se no período recente o programa de financiamento imobiliário

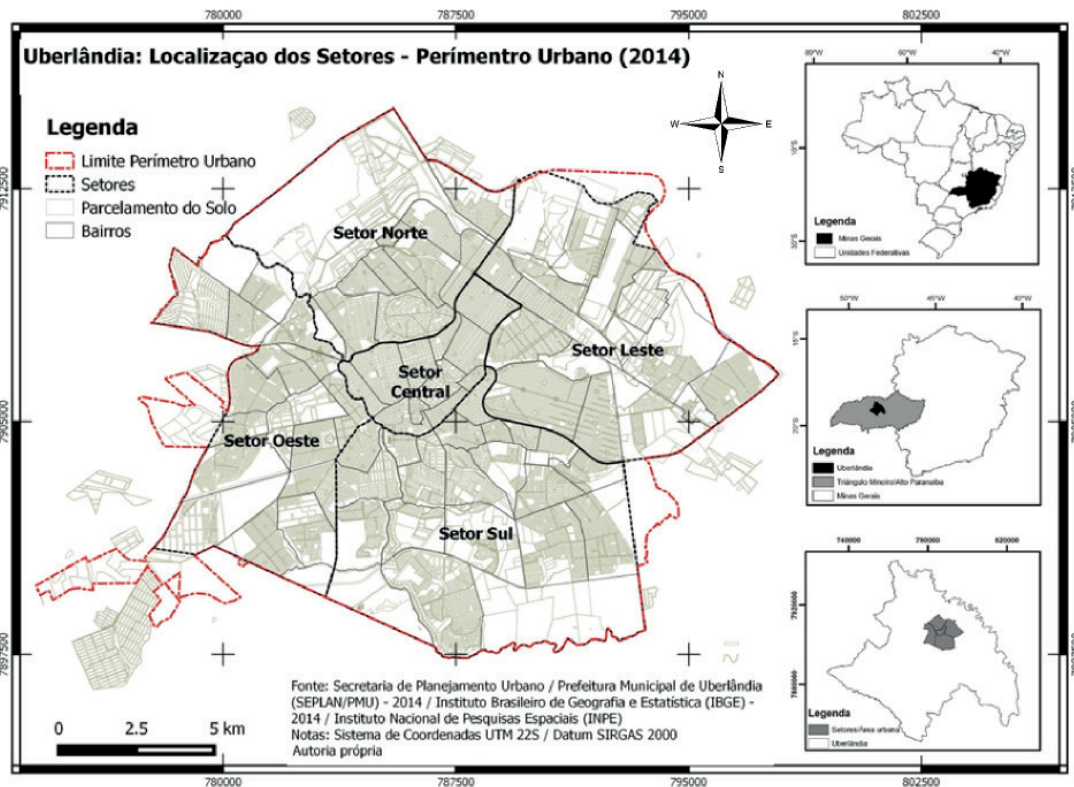
“Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), promulgado pela Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009 (Casa Civil, 2009). O artigo 4º da lei assevera que o “PNHU tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos” (Casa Civil, 2009).

O programa compreende ainda outros dois programas habitacionais, quais sejam: o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (que não será abordado aqui). O PNHU apresenta os critérios para a implantação dos empreendimentos imobiliários beneficiados pelo programa no artigo 5º da lei supracitada (Casa Civil, 2009), dentre os quais destacam-se: a localização, adequação ambiental, infraestrutura (iluminação, saneamento, drenagem e redes de abastecimento de água e energia elétrica) etc.

O PMCMV conta também com um mecanismo de “subvenção econômica” para os candidatos à obtenção de imóvel por meio do programa. Além disso, o programa conta com critérios nacionais e locais para a seleção das famílias inscritas no mesmo. Os critérios nacionais constam na Portaria 601 de 2011 do Ministério das Cidades. O programa tem um espectro bastante amplo e sofre interferência também de agentes externos (mercado imobiliário e construção civil), como poderá ser observado na sequência com base no caso do Setor Oeste da cidade de Uberlândia.

4 | O SETOR OESTE DE UBERLÂNDIA-MG: CONDOMÍNIOS (VERTICAIS) POPULARES SOB A ÉGIDE DO CAPITAL

O Município de Uberlândia está localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais (ver mapa 1), tem área total de 4.115,206 km², sendo 219,00 km² de área urbana e 3.896,822 km² de área rural (PMU, 2011). A população do município é de 683.247 habitantes (IBGE, 2018). O Setor Oeste conforme a Secretaria de Planejamento Urbano (Seplan/PMU, 2019), tem uma população de 140.539 habitantes, área de 41,04 km² e possui um total de 48.068 domicílios – com base na população do município contabilizada no Censo Demográfico de 2010.



Mapa 1 – Uberlândia-MG: Setores – perímetro urbano (2014)

Org.: dos autores (2019)

A cidade teve ao longo do processo de produção de seu espaço urbano a interferência da elite local, que por meio de sua atuação criou uma estrutura urbana estratificada (Soares, 1995). Isto se deu pelo fato de que a classe dominante se apropriou dos mecanismos do Estado para a implantação de políticas urbanas que possibilitassem materializar seus interesses. Exemplo desta apropriação foi a inserção da Rede Ferroviária Mogiana, e a construção de uma estação em 1895, o que viabilizou o primeiro Projeto Urbano em 1907 com a implantação de seis avenidas, que ligou o núcleo original em uma extensão de um quilômetro, até a estação, que viria a se configurar como o atual centro da cidade.

Na primeira metade do século XX – fase inicial da urbanização de Uberlândia – Moura & Soares (2009) observaram que as vilas operárias também contribuíram para a expansão da periferia da cidade. Todavia, nota-se que é por meio da atuação da empresa imobiliária e das intervenções do Poder Público na produção de moradias para classe trabalhadora que a cidade de Uberlândia tem seu espaço largamente ampliado (Moura & Soares, 2009).

Neste período já se observava que “o problema da habitação na cidade não estava relacionado com a falta de terra urbana, mas, sim, com os altos preços de que essa terra era dotada” (Moura & Soares, 2009, p. 27). Na década de 1940 o Estado desempenhou importante papel intervindo no problema da *habitação* “participando da produção e comercialização de moradias populares destinadas aos grupos de baixa renda, por meio, inicialmente, da criação da Fundação Casa Popular, em 1946” (Moura

& Soares, 2009, p. 27).

Por meio da atuação da elite local foram impostas à classe trabalhadora determinadas áreas para sua reprodução, uma vez que a classe dominante direcionou para certas áreas os investimentos em infraestrutura, e também promoveu maior alocação de capital por meio da instalação de determinados equipamentos urbanos. Quanto ao conteúdo socioeconômico das áreas da cidade, enquanto o sul ficou reservado para as classes mais abastadas e o norte para o Distrito Industrial, “as áreas leste/oeste para loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais, onde se concentra uma parcela significativa da população assalariada uberlandense” (Soares, 1995, p. 234).

Com relação à produção de edifícios é possível notar que até a década de 1950 este elemento era insignificante na paisagem da cidade de Uberlândia (Ramires, 1998). Soares (1995) observa que a partir da década de 1980 há uma intensificação e também a diversificação das *tipologias* dos edifícios construídos de forma dispersa em vários bairros da cidade. Passam a ser produzidos (por incorporadoras) e comercializados por meio de financiamentos imobiliários pelo BNH num primeiro momento e após 1986, por meio da CEF, edifícios de pequeno porte (até 4 pavimentos). Em 1994 existiam 9.000 unidades residenciais multifamiliares, sendo que 5.980 delas (66,9%) estavam ocupadas e 3.020 (33,1%) em construção (Soares, 1995, p. 248).

Todavia, Ramires (1998) destaca que neste período os edifícios localizados fora da área central da cidade e sua composição arquitetônica não os tornavam atraentes para o mercado imobiliário. Após o ano de 2000 e, sobretudo, após a implantação do programa habitacional MCMV a produção de edifícios foi ampliada e diversificada exponencialmente. O Setor Oeste, por sua vez, tem se destacado pela produção de condomínios (verticais) populares, que chamam atenção pela sua dimensão e também pela simplificação dos aspectos arquitetônicos.

No Setor Oeste antes da implantação do PMCMV já haviam alguns condomínios verticais destinados à classe trabalhadora, dentre eles: “Condomínio Bela Vista”, “Condomínio Europa” e, um terceiro popularmente conhecido como “EMBRA”. Ambos estão localizados no bairro Chácaras Tubalina e apresentam as mesmas *tipologias edilícias* (ver fotos 1 e 2). Entretanto, destaca-se que o condomínio “EMBRA” observado na foto 2 é consideravelmente maior que os demais, e com implantação escalonada em quarteirão convencional e sem cercamento.

Neste setor da cidade pôde-se observar o repentino aumento na produção habitacional de condomínios (verticais) populares após a implantação do PMCMV, que além de ter contribuído para aumentar e diversificar as *tipologias*, reforçou, também, a atuação da empresa imobiliária na produção de habitações destinadas à classe trabalhadora nesta área, sendo que algumas se destacam pelo volume de unidades habitacionais construídas. Na tabela 1 pode-se observar mais detalhadamente a atuação das construtoras no Setor Oeste da cidade de Uberlândia. As imagens a seguir apresentam alguns dos condomínios listados na tabela 1.



Foto 1 – Condomínio Bela Vista / **Foto 2** – Condomínio “EMBRA”

Foto 3 – Condomínio Parque Uruguaiana – MRV / **Foto 4** – Condomínio Parque Uchôa – MRV

Fotos 5 e 6 – Condomínio Cidade Verde – Emccamp / Realiza

Foto 7 – Loft Uberlândia – Sodeste / Castroviejo / **Foto 8** – Residencial Jaraguá II – Britamix

Foto 9 – Condomínio Jardim Uberlândia – MOR

Autoria própria (2014)

Com base na tabela nota-se que os condomínios maiores estão concentrados nas grandes construtoras (MRV, Emccamp, Sodeste, Castroviejo, El Global), enquanto que, condomínios que são compostos por menor número de unidades habitacionais concentram-se sob o domínio de construtoras de menor porte, e, nos dois casos, predominam empresas de origem local. Isto contribui para evidenciar a diversidade de agentes envolvidos no processo e também a predominância da lógica *corporativista* que perpassa a relação público/privado.

Condomínio	Blocos	Pavimentos	Apartamentos	Área Apts	Quartos	Bairro	Construtora	Estágio da Obra
Parque Ubatã	-	-	384	43,38 m²	2	Jardim Holanda	MRV	Em construção
Parque Uchôa	48	4	768	43/44 m²	2	Chácaras Tubalina	MRV	Pronto
Parque Uruguaiana	14	4	224	43,61 m²	2	Chácaras Tubalina	MRV	Pronto
Parque Union	-	4	256	44/45 m²	2	Chácaras Tubalina	MRV	Pronto
Parque Hungria	14	4	224	43 m²	2	Chácaras Tubalina	MRV	Pronto
Cidade Verde	-	4	2.288		2 e 3	Jardim Europa / Mansour	Emccamp / Realiza	Parcialmente Pronto
Residencial Jaraguá	6	4	96	49/64/71 m²	2 e 3	Chácaras Tubalina	Britamix	Pronto
Residencial Jaraguá II	6	4	96	49/64/71 m²	2 e 3	Chácaras Tubalina	Britamix	Pronto
Res. Jardins Imbaúba	12	4	192	49/64 m²	2 e 3	Chácaras Tubalina	Britamix	Pronto
Residencial Palnalto I e II	-	4	112	44,82 m²	2	Chácaras Tubalina	El Global	Pronto
Residencial Atlanta	13	4	104	-	2 e 3	Chácaras Tubalina	Portal	Em construção
Residencial Bela Vista	4	7	168	45 m²	2	Panorama	C & A	Em construção
Residencial Pq das Flores	-	-	-	-	-	Jardim Holanda	MOR	Pronto
Jardim Uberlândia	-	4	128	62,11 m²	3	Jardim Holanda	MOR	Em construção
Loft Uberlândia	8	6	480	30 e 33 m²	-	Jardim Patrícia	Sodeste / Castroviejo	Em construção
Residencial Aguapé	2	4	-	-	2	Chácaras Tubalina	Marca Registrada	Pronto
Residencial Aguapé II	4	4	64	51,83 m²	2	Chácaras Tubalina	Marca Registrada	Pronto
Residencial Aguapé III	2	4	-	-	2	Chácaras Tubalina	Marca Registrada	Pronto
Residencial Baltimore	4	4	64	-	-	Chácaras Tubalina	Marca Registrada	Pronto
Res. Jardim Primavera	4	4	64	-	-	Dona Zulmira	Marca Registrada	Pronto
Residencial Tocantins	-	4	576	43 m²	2	Tocantins	HLTS	Em construção
Res. Marco T.Marquez	4	4	80	-	-	Chácaras Tubalina	-	Pronto

Tabela 1 – Setor Oeste – Uberlândia-MG: Condomínios Verticais (populares) construídos entre 2009 e 2013

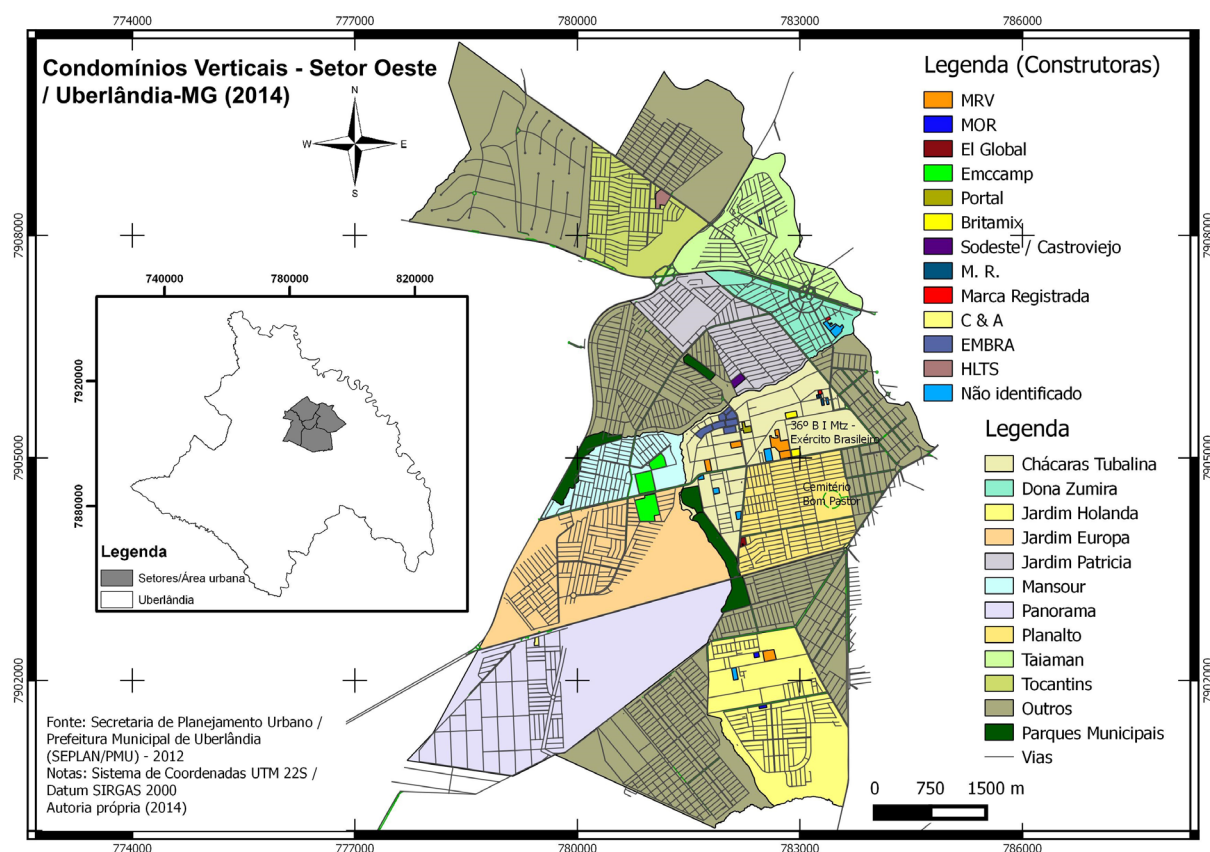
Fonte: Secretaria de Habitação / Secretaria de Planejamento Urbano – Prefeitura Municipal de Uberlândia; MRV Engenharia; Britamix Construções; Emccamp Residencial; Realiza Construtora; El Global Construtora; Portal Incorporadora; MOR Construtora; Marca Registrada Construtora

Org.: dos autores (2019)

Deste domínio sobre a produção de *habitações sociais* por parte das grandes construtoras resulta a simplificação e a redução das *habitações* produzidas, uma vez que se trata da produção em série com fins mercadológicos. Com base na área dos apartamentos apresentados na tabela 1 é possível notar que as grandes construtoras produzem apartamentos com tamanho bastante inferior ao das construtoras de médio

e pequeno porte.

Nota-se também que as fachadas produzidas pelas grades construtoras, assim como as referidas por Bresciani (1984) são, via de regra, monótonas e não demonstram uma preocupação estética. Enquanto que as construtoras de médio e pequeno porte produzem habitações de *aspecto mais agradável*. No mapa 2 é possível observar a localização dos condomínios.



Mapa 2 – Setor Oeste – Uberlândia-MG: Condomínios Verticais (2014)

Org.: dos autores (2019)

Além da simplificação *tipológica* e de uma homogeneização da paisagem pôde-se observar também que a maior parte dos condomínios foi alocada no bairro Chácara Tubalina (ver mapa 2), acarretando em uma ruptura drástica com a paisagem precedente o que permite falar de uma nova *espacialidade* na perspectiva abordada por Santos (1997). E assim, “o profundo processo de mutação cria a destruição dos referenciais que sustentam a vida cotidiana” (Carlos, 2007, p. 45).

Nota-se também que outro bairro, antes composto basicamente por chácara e condomínios horizontais – o Jardim Holanda, tem sido alvo dos empreendedores imobiliários. Fato que certamente influencia esta atuação das construtoras é a grande disponibilidade de glebas vazias e em áreas até então pouco adensadas se comparadas com os demais bairros do setor.

Ao confrontar a localização dos empreendimentos com o número de unidades habitacionais construídas pode-se questionar o PNHU, uma vez que a concentração

destes empreendimentos numa mesma área pode gerar um adensamento superior ao suportado pela infraestrutura e serviços urbanos existentes. Sendo assim, nota-se que da forma como vem sendo realizada a política de financiamento habitacional do Governo Federal tem contribuído para que *lógica do capital* predomine na estruturação do espaço urbano.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de habitações para a classe trabalhadora na cidade moderna historicamente tem sido atravessada pelos interesses da classe dominante, que ora quer se impor e manter o *status quo*, ora – alicerçada na *lógica do capital* – quer obter taxas de lucro cada vez maiores. Como resultado tem-se um processo de intensa *massificação de habitação* da classe trabalhadora que é induzida pelos mecanismos de mercado e também pela coação operada pelo Estado – pela elite que o controla.

A política de habitação brasileira desde o início do processo de urbanização do território nacional está assentada sobre a contradição fundamental do sistema capitalista – a propriedade privada. Sendo tomado como mercadoria (produto “consumível”) o solo urbano deixa automaticamente de atender aos princípios de *economia do espaço* para servir à *economia do mercado imobiliário*. Nesta ruptura, inevitavelmente a *função social* da propriedade deixa de fazer parte dos projetos e planos urbanísticos (e habitacionais) do Estado.

Pôde-se notar que as consequências deste *urbanismo estatal (mercadológico)* fragmentam e segregam o espaço urbano, gerando uma série de problemas próprios de uma cidade (in)pensada para o mercado. É assim que entram em cena os programas de financiamento imobiliários, como o MCMV, nos quais o corporativismo financeiro atua com total liberdade resguardado pela *ideologia* (da casa própria) que sustenta e reforça a atuação do Estado na promoção dos programas de habitação.

O Setor Oeste da cidade de Uberlândia como pôde ser visto é um caso exemplar da atuação do Estado na promoção de *habitações sociais* e por meio das políticas ali implantadas vem passando por alterações rápidas e intensas na sua paisagem, no seu espaço intraurbano.

Ademais, percebe-se que a concentração dos condomínios numa mesma área pode acarretar na saturação da infraestrutura e serviços urbanos, incorrendo em novos investimentos do poder público para o suprimento da nova demanda gerada pela população que passa a habitar estes condomínios, acentuado pelos deslocamentos diários, principalmente em busca de trabalho, já que nesta região a oferta de empregos é pequena, o que significa agravamento na mobilidade urbana. Sendo assim, questiona-se aqui esta concepção de Política Pública habitacional que prima pela lei de mercado em detrimento do social e concebe uma cidade fragmentada, *habitats* desumanos e passa ao largo do ato criativo intrínseco à *práxis* urbana na sua essência.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, G.C. Arquitetura e Ideologia. In: _____. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2001. pp.71 – 84.
- ARGAN, G. C. Condições históricas do Urbanismo. In: _____. **Projeto e destino**. São Paulo: Ática, 2001. pp.85 -92.
- BRESCIANI, M. S. M. MetrÓpole: As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**. v. 5, n. 8/9, p. 35 – 68, 1984.
- BRITAMIX CONSTRUÇÕES. 2014. **Britamix Construções**. Disponível em: <<http://www.britamix.com.br>>. Acesso em: março de 2014.
- CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13, n. 2, 27-53, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.
- CASA CIVIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988.
- CASA CIVIL. **Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001**. Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção à compra e dá outras providências. Brasil, 2001.
- CASA CIVIL. **Lei nº 10.257, de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasil, 2001.
- CASA CIVIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiárias de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de junho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasil, 2009.
- CAVALCANTI, L. 1999. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, D. (Org.) **REPENSANDO o Estado Novo**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, pp. 179 – 189.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 4 ed., 2005.
- EMCCAMP RESIDENCIAL. **Emccamp Residencial**. Disponível em: <<http://emccamp.com.br>>. Acesso em: março de 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE – Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: maio de 2019.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTINS, S. O urbanismo esse (des)conhecido saber político. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. v. 3, p. 39-59, 2000.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2011. **Portaria nº 601, de 26 dezembro de 2011**. Brasil. Dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Brasil, 2011.

MOR CONSTRUTORA. **Mor Construtora**. Disponível em: <<http://morconstrutora.com.br>>. Acesso em: março de 2014.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R. A PERIFERIA DE UBERLÂNDIA/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 10, n. 32, p. 22-40, 2009.

MRV ENGENHARIA. **Mrv Engenharia**. Disponível em: <<http://mvr.com.br>>. Acesso em: março de 2014.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima. **A verticalização do espaço urbano de Uberlândia**: uma análise da produção e consumo da habitação. 1998. 319 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

REALIZA CONSTRUTORA. **Realiza Construtora**. Disponível em: <<http://realizaconstrutora.com.br>>. Acesso em: março de 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Estado, o Direito e a Questão Urbana**. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Estado_Direito_e_a_Questao_Urbana_RCCS9.PDF> Acesso em: maio de 2013.

SANTOS, M. Paisagem e Espaço. In: **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 5 ed., 1997. p. 61-74.

SOARES, B. R. **Uberlândia**: da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 347 f.. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed., 2005. 192p.

UBERLÂNDIA. **Lei complementar nº 525, de 14 de maio de 2011**. Dispõe sobre o zoneamento e ocupação do solo do Município de Uberlândia e revoga a Lei complementar nº 245, de 30 de novembro de 2000. Uberlândia, 2011.

UBERLÂNDIA. **Decreto nº 14.277, de 8 de agosto de 2013**. Dispõe acerca dos critérios, prioridades e procedimentos para a seleção de beneficiário para os projetos habitacionais de interesse social implementados no âmbito do Programa Federal Minha Casa Minha Vida no município de Uberlândia, revoga o decreto nº 12.456, de 29 de setembro de 2010, e dá outras providências. Uberlândia, 2013.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. **Banco de Dados Integrados de Uberlândia**. Disponível em: <<http://uberlandia.mg.gov.br>>. Acesso em: maio de 2019.

VILLAÇA, F. Segregação e estruturação do espaço intra-urbano. In: _____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.p. 311-361.

VITRINE DE IMÓVEIS VIRTUAL. 2014. **Residencial Bela Vista** [Em linha]. Disponível em: <<http://vitrineimoveisudi.blogspot.com.br/2013/08/residencial-bela-vista.html>>. Acesso em: março de 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Espacial 78
Arranjo Produtivo Local 98, 100

D

Desenvolvimento Sustentável 118, 352
Direito à Cidade 138, 252, 257

E

Economia Compartilhada 271, 287
Expansão Urbana 131, 137

H

Habitação de Interesse Social 152, 171, 193, 235, 236, 244, 245

I

Inclusão Territorial 246
Indústria Automobilística 98, 99, 101, 103, 104, 108
Infraestrutura Verde 350

M

Mercado Imobiliário 152, 271, 290, 294, 306, 315

N

Norma de Desempenho 171, 175, 189, 190, 191

P

Parques Urbanos 327, 328, 330, 335, 337
Patrimônio Cultural 125, 379
Percepção dos Usuários 212
Planejamento Urbano e Regional 2, 5, 3, 203, 326, 330, 348, 349, 366
Políticas de Planejamento Territorial 1
Políticas Públicas 110, 193, 352, 363, 364
Programa Minha Casa Minha Vida 139, 140, 141, 143, 144, 146, 150, 151, 193, 196,
233, 236, 241, 244

Q

Qualidade de Vida 212

R

Redes de Transporte 366

Rede Urbana 80

Regularização Fundiária 223, 231, 246

S

Segurança Pública 79

Sustentabilidade 174, 192, 193, 348, 351

Z

Zonas Especiais de Interesse Social 232, 233, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-558-7

